

Estados têm alívio de R\$ 800 milhões

Mesmo não resolvendo os sérios problemas de caixa, governadores saíram satisfeitos da reunião com o ministro Pedro Malan

Denise Rothenburg
Da equipe do **Correio**

O governo divulgou ontem duas medidas para facilitar a vida dos estados que estão enfrentando dificuldades em equilibrar suas contas. A primeira delas é antecipar para este semestre os valores de compensação das perdas com a Lei Kandir que seriam pagos no segundo semestre — essa lei dá subsídio aos exportadores com receitas que deveriam ir para o caixa dos estados.

A segunda é retirar do cálculo da receita líquida dos estados os valores que compõem o Fundo de Valorização do Magistério (Fundef). Segundo governadores, essas duas medidas somadas darão um alívio geral R\$ 800 milhões aos estados.

O anúncio foi feito pelo ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, logo depois de uma reunião do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e do secretário-executivo da Fazenda, Pedro Parente, com sete governadores, entre eles o do Distrito Federal, Joaquim Roriz. Segundo Pimenta, essas decisões serão transformadas em lei por uma medida provisória, que o governo deve editar já depois de amanhã.

As duas medidas tiveram para os governadores o mesmo efeito de um antitérmico para febre. Ou seja, não resolvem os problemas de caixa, nem o percentual de comprometimento da receita com o pagamento de dívidas e nem devolução de perdas — as principais reivindicações dos governadores. Mas a maioria saiu satisfeita.

“Nós não estamos num balcão, em que pegamos o remédio e o pagamos imediatamente. Se nós con-

seguirmos resolver isso no prazo de um mês, será muito bom”, comentou o governador do Pará, Almir Gabriel, que saiu da reunião aliviado. Ele acredita que a retirada do Fundef do cálculo da receita líquida dos estados pode reduzir a parcela da dívida deles com a União em cerca de 10%. Governador de um estado exportador, Gabriel considera que a antecipação da Lei Kandir dará ao seu estado cerca de R\$ 34 milhões a mais neste semestre.

PARCELA

Com a retirada do Fundef do cálculo da receita líquida, os governadores vão conseguir reduzir o valor nominal da parcela da dívida que repassam mensalmente ao governo federal. Um estado que destina hoje 15% de uma receita líquida de R\$ 100 milhões para o pagamento de dívida, poderá descontar o valor do Fundef antes de calcular o valor nominal desses 15%. Suponhamos que esse Fundef seja de R\$ 30 milhões. Os 15% que antes eram R\$ 15 milhões, passam a ser R\$ 10,5 milhões.

A principal proposta apresentada pelos governadores — restringir as perdas de receita com a Lei Kandir, Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e Fundef a 2% da receita dos estados — fez Malan fechar os olhos e responder com outra: dar aos estados a possibilidade de optar entre as compensações da Lei Kandir e o estímulo para crescimento da própria receita, assunto que será discutido numa reunião técnica marcada para a próxima segunda-feira. “Até que avançamos um pouco, porque vamos discutir as propostas”, disse a gover-

André Corrêa



Jereissati, Roseana, Zeca do PT, Neudo Campos e Almir Gabriel: antecipação dos recursos da Lei Kandir ajuda estados a compor os debilitados cofres públicos

nadora do Maranhão, Roseana Sarney.

A reunião de ontem foi a primeira com resultados concretos desde o encontro do presidente Fernando Henrique Cardoso com os governadores na Granja do Torto, há 12 dias. O grupo que se reuniu ontem na Fazenda saíra da Granja encarregado de rever as perdas com o FEF, Lei Kandir e Fundef. Além de Roseana, Almir Gabriel e Roriz, participaram Tasso Jereissati (CE), Neudo de

Campos (RR), Zeca do PT (MS) e Olívio Dutra (RS).

Os petistas saíram divididos da sala de Malan. Zeca do PT mostrava-se confiante em soluções, enquanto os gaúchos demonstravam-se prestes a perder a paciência com relação ao governo federal. Olívio Dutra foi representado na reunião pelo vice-governador Miguel Rosseto: “Ou as reuniões se transformam em negociações que viabilizem os estados ou

vamos caminhar para um grau de crise social e institucional insustentável. As medidas anunciadas foram tópicas e não vão responder ao poder da crise. Esses cosméticos são secundários. O fato é que o governo não apresentou uma proposta objetiva para resolver a crise e isso não nos interessa”, respondeu Rosseto.

Antes da reunião, Parente teve um encontro com os gaúchos para discutir o desbloqueio de recursos

do estado. O secretário de Fazenda gaúcho, Arno Augustin, saiu da sala de Parente com a promessa de que amanhã, o governo lhe daria uma resposta. Hoje, os gaúchos têm R\$ 12 milhões para receber do governo federal a título de repasses de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Se houver novo bloqueio, eles se preparam para reclamar.